

enade2022
Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

Novembro | 22

DIREITO

QUESTÃO DISCURSIVA 01-----

TEXTO 1

A Fiocruz é uma instituição de ciência, saúde e educação, vinculada ao Ministério da Saúde, que completou 120 anos. Com várias ações de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias, de produção de vacinas e medicamentos, a Fiocruz se dedica a enfrentar grandes desafios sanitários. Seu trabalho é fundamental para pensarmos em um país com mais justiça e equidade.

Disponível em: <https://www.anped.org.br/News/sbpc-divulga-manifesto-em-defesa-da-educacao-da-ciencia-eda-democracia>.

Acesso em: 8 ago. 2022 (adaptado).

TEXTO 2

Com a pandemia do novo coronavírus, intensificaram-se as dificuldades e limitações físicas, orçamentárias e estruturais para a pesquisa científica. Durante o período de isolamento social, com o fechamento das salas de aula e dos laboratórios, as universidades, com seus professores, acadêmicos e funcionários, precisaram se reinventar. O fazer ciência é um processo complexo que envolve pesquisadores, acadêmicos, estrutura física, horas de dedicação, testes, erros e acertos. Muitas vezes, é preciso também recomeçar, buscar novas metodologias, olhar o resultado por outro viés e reaprender a ler o que se descobriu. Por tudo isso, a pesquisa não é algo que se faz da noite para o dia, e produzi-la é ainda mais desafiador.

Disponível em: <https://www.upf.br>. Acesso em: 6 jun. 2022 (adaptado).

TEXTO 3

A tabela a seguir apresenta a variação do orçamento federal nos anos de 2020 e 2021.

Pasta	Orçamento Federal em 2021 (em bilhões de R\$)	Variação (2020 - 2021)
Agricultura	10,42	- 0,2%
Cidadania	103,9	+ 22,1%
Ciência, Tecnologia e Inovações	8,36	- 28,7%
Defesa	65,33	- 9,8%
Desenvolvimento Regional	10,68	+ 23,6%
Economia	569,49	- 4,6%
Educação	74,56	- 27,1%
Infraestrutura	17,29	- 8,1%

Justiça e Segurança Pública	11,46	- 11,7%
Meio Ambiente	2	- 25,1%
Minas e Energia	8,94	+ 44,2%
Mulher, Família e Direitos Humanos	0,52	+ 44,4%
Relações Exteriores	1,97	- 17,2%
Saúde	136,23	+ 4,8%
Turismo	1,73	- 5,5%

PLOA – PLN 28/2020, com as alterações do Congresso Nacional e Consultoria de Orçamento do Senado Federal. Agência Senado.

Com base nas informações dos textos e da tabela apresentados e considerando o contexto da pandemia de Covid-19, faça o que se pede nos itens a seguir.

- Discuta por que os investimentos públicos em educação, ciência, tecnologia e inovação são estratégicos e contribuem para o desenvolvimento científico de um país. (valor: 5,0 pontos)
- Explique como o fomento público ao desenvolvimento científico pode atender à justiça social e à equidade, em contextos como o da pandemia de Covid-19. (valor: 5,0 pontos)

PADRÃO RESPOSTA-----

a) O estudante deverá objetivamente recorrer a elementos presentes no texto e na tabela apresentada, considerando a realidade do baixo investimento em ciência, tecnologia e inovação, bem como em educação. Nesse sentido, espera-se que ele justifique a necessidade de investimento em ciência, tecnologia e educação recorrendo a pelo menos um dos seguintes exemplos:

- Investimento público em pesquisa e desenvolvimento por intermédio de universidades públicas e institutos de pesquisa.
- Pesquisas realizadas em outros países que possibilitaram acesso mais rápido às vacinas e serviram de modelo para o que foi desenvolvido no Brasil.
- Pesquisadores das universidades brasileiras como protagonistas nas orientações e informações a respeito da Covid-19, junto aos meios de comunicação.
- Desenvolvimento de equipamentos como máscaras e respiradores que foram alternativamente implementados e viabilizados por pesquisa e extensão universitárias.
- Bolsas de pesquisa e outros investimentos como elementos-chave para o desenvolvimento de pesquisa e extensão.

b) O estudante deverá objetivamente apresentar seu argumento, podendo fundamentar-se em aspectos como:

- O papel das universidades, em seu compromisso com a justiça social e equidade, implementado por meio do ensino, pesquisa e extensão.
- O investimento público em pesquisa, tecnologia e educação como garantia de acesso igualitário da população aos recursos de saúde, em contraponto ao investimento privado, com vistas à comercialização a partir de prioridades empresariais.
- A política pública de distribuição de vacinas gratuitas, por intermédio do Programa Nacional de Imunização (PNI), que possibilitou o acesso às vacinas para toda a população.
- As questões econômicas mundiais, que acabaram determinando uma distribuição desigual de recursos de saúde em escala global, com as superpotências econômicas retendo boa parte destes recursos.

QUESTÃO DISCURSIVA 02-----

O patriarcado (ou dominação masculina) é composto por diferentes estruturas que se conectam na reprodução das desvantagens e da vulnerabilidade das mulheres nas sociedades contemporâneas. A violência sexual é uma delas; a exclusão política é outra. Embora essas não esgotem todas as estruturas de dominação, são elas que, em conjunto com a divisão sexual do trabalho, são mais determinantes. Ambas se alimentam e, ao mesmo tempo, ativam estereótipos de gênero em que o feminino convencional está associado à domesticidade e à aceitação, pelas mulheres, da autoridade masculina.

Algumas farsas ocupam papel importante na justificação da violência contra as mulheres, tanto na violência da exclusão política quanto na sexual. Uma dessas farsas é a de que as mulheres não se interessam pela política. Nesse sentido, estaríamos diante da autoexclusão. A outra é que as mulheres seriam as culpadas pela violência sexual que sofrem sistematicamente. Aqui, o problema seria que elas estão onde não deveriam estar, se vestem como não deveriam, isto é, se comportam como se fossem livres.

BIROLI, F. Mulheres, política e violência. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br>. Acesso em: 18 jul. 2022 (adaptado).

Com base no texto apresentado, faça o que se pede nos itens a seguir.

- a) Discorra sobre a relação entre o patriarcado estrutural e a desigualdade entre homens e mulheres. (valor: 5,0 pontos)
- b) Proponha duas ações do Estado para o enfrentamento dos diferentes tipos de violência contra a mulher. (valor: 5,0 pontos)

PADRÃO RESPOSTA-----

- a) O estudante deve considerar na sua análise o entendimento do patriarcado como um sistema de dominação e hierarquia masculina que se expressa em diferentes formas de desigualdade entre os sexos. No entendimento de patriarcado, pode-se explicitar sua dimensão estrutural, com base, por exemplo, na divisão sexual do trabalho, na desigualdade econômica entre homens e mulheres, na sub-representação das mulheres na política e em cargos de poder. O estudante deve ainda, ressaltar questões culturais, como a educação sexista e a mídia que coisificam a imagem das mulheres e naturalizam a desigualdade entre os sexos, de forma a considerar os homens como dominantes enquanto as mulheres são historicamente tidas como submissas e incapazes.
- b) Espera-se que o estudante aponte a importância do papel do Estado na implementação de mecanismos jurídicos e normativos voltados à proteção da mulher; políticas públicas (saúde, educação não sexista, assistência social, etc) serviços e equipamentos sociais (delegacias especializadas; defensoria pública especializada; casa abrigo; centro de referência, juizado especial) para o acolhimento e atendimento às mulheres vítimas de violência, bem como para a prevenção e enfrentamento às violências. Também pode ser destacada a importância de políticas de incentivo à qualificação profissional, fundamental para garantir atendimento adequado às mulheres, de forma a não revitimizá-las.

Também pode ser ressaltada a relação do Estado com as ONGs, conselhos de direitos, movimentos de mulheres e diferentes representações da sociedade civil para o enfrentamento e a desnaturalização da desigualdade, o que pode contribuir para criação de uma cultura que dissemine práticas não sexistas e defensoras da igualdade de gênero.

QUESTÃO DISCURSIVA 03-----

Propostas de alteração na legislação ambiental e falta de responsabilização pelo crime podem fazer com que um dos maiores desastres socioambientais do Brasil se torne apenas mais um. Com triste precisão, os cálculos da Companhia Vale estimavam que, em caso de vazamento, o mar de lama poderia matar mais de 200 pessoas. Foram 270 — seis ainda continuam sendo procuradas pelos bombeiros de forma ininterrupta em Brumadinho (MG). Até hoje, ninguém foi preso ou julgado pelo caso. Em novembro de 2021, a Vale e a TÜV SÜD (multinacional que atestou a estabilidade da barragem) foram indiciadas pela Polícia Federal, além de 19 outras pessoas. Enquanto o Ministério Público aguarda a chegada do processo na Justiça Federal para fazer a denúncia, o Ministério Público do Trabalho e a Vale assinaram um acordo, segundo o qual, a Vale indenizará, em R\$ 700 mil, cada cônjuge, filho e pai de funcionário da companhia, de forma individual, além de indenizar, em R\$ 150 mil, irmãos das vítimas, e pagar pensão vitalícia a dependentes.

Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/tragedia-de-brumadinho-3-anos-de-impunidade-e-sonhos-soterrados/>.

Acesso em: 25 jun. 2022 (adaptado).

Considerando que a tragédia de Brumadinho ainda demonstra a fragilidade da justiça brasileira e a dificuldade em se realizar a devida reparação a todas as vítimas, faça o que se pede nos itens a seguir.

- a) Explique a(s) consequência(s) jurídica(s) cível(is) do indiciamento da Companhia Vale, no que diz respeito aos danos causados aos moradores que, com o rompimento da barragem, foram atingidos com a perda de entes queridos e de bens. (valor: 3,0 pontos)
- b) Explique a(s) consequência(s) jurídica(s) penal(is) à Companhia Vale e aos seus dirigentes, no que diz respeito à reparação ambiental e à responsabilização do agente pelo rompimento da barragem. (valor: 4,0 pontos)
- c) Analise a responsabilidade do Estado em decorrência do rompimento da barragem. (valor: 3,0 pontos)

PADRÃO RESPOSTA-----

- a) A Vale responde pelos danos materiais causados aos moradores, devendo ressarcir toda a perda material, como, por exemplo, pagar o valor correspondente a imóveis, bens móveis e veículos.

A Vale deverá indenizar por danos morais aqueles que perderam seus entes queridos.

A Vale deverá indenizar os moradores que sofreram danos físicos se resultar defeito que impossibilite o ofendido a exercer seu ofício ou sua profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluindo-se pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação sofrida.

Fundamentação: Artigos 186, 402, 950 do Código Civil.

- b) As pessoas físicas, como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixaram de impedir a sua prática, quando podiam agir para evitá-la, poderão sofrer pena privativa de liberdade ou penas restritivas de direitos (artigos 7º e 8º da Lei de Crimes Ambientais, Lei nº 9.605/98).

As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente, conforme o disposto nessa Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade. Poderão pagar multa e serem obrigadas a reconstruírem o ambiente que destruíram (artigos 2º e 3º da Lei de Crimes Ambientais, Lei nº 9.605/98). Pode-se, ainda, acrescentar que, segundo os tribunais superiores, a pessoa jurídica poderá responder isoladamente pelo delito praticado, independentemente da demonstração de dolo dos dirigentes (pessoas físicas).

- c) No caso dos danos ambientais, o Estado poderá ser responsabilizado de forma objetiva, ou seja, existindo o dano e comprovando o nexo, não há necessidade da prova de culpa (ação comissiva ou omissiva) porque a Política Nacional de Meio Ambiente, prevista no artigo 225 da Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei nº 6.938,61, de 31 de julho de 1981, adotou a teoria da responsabilidade objetiva nos casos de danos ambientais (artigo 14, §1º).

A Constituição Federal de 1988 não diferencia o dano comum do dano ambiental. Assim, cabe a aplicação do seu artigo art. 37, §6º.

QUESTÃO DISCURSIVA 04-----

Uma mulher trabalhava desde os 11 anos em casa de família, localizada em bairro nobre do Recife/PE, sem receber salário, sem direito a folga e férias, desempenhando as funções em todos os turnos. Ela tem 54 anos e foi resgatada após 43 anos trabalhando como doméstica e babá. A mulher tinha sido vendida pelo pai para tal família. O resgate foi feito por auditoras-fiscais do Trabalho, da Superintendência Regional do Trabalho em Pernambuco (SRTb/PE). De acordo com a inspeção, inicialmente, a menina limpava e arrumava a casa, além de lavar louças e roupas. Em pouco tempo, ela também passou a ter a função de babá dos filhos dos empregadores e, depois, dos netos.

Em troca dos serviços, os empregadores faziam um pagamento para o pai da menina, mas, em pouco tempo, o dinheiro foi substituído por roupas e calçados, muitas vezes usados. Os empregadores relataram que não pagavam salário para a mulher, porque a criaram como filha. No entanto, ela nunca recebeu presentes nos aniversários ou em outras datas comemorativas e estudou em escola pública, ao passo que os filhos dos donos da casa frequentavam escola particular. Seus documentos eram mantidos pela família. A inspeção concluiu que ela estava em condições de trabalho degradante e forçado, sendo submetida a trabalho análogo ao escravo.

Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/06/5015974-mulher-e-libertada-apos-43-anos-sob-condicoes-analogas-a-escravidao.html>. Acesso em: 18 jun. 2022 (adaptado).

Considerando a narrativa apresentada, faça o que se pede nos itens a seguir.

- Analise a responsabilidade penal dos empregadores em relação às condutas praticadas contra a vítima. (valor: 3,0 pontos)
- Apresente, na esfera trabalhista, a(s) consequência(s) jurídica(s) do ato praticado pelos empregadores. (valor: 3,0 pontos)
- Apresente, na esfera cível e constitucional, a(s) consequência(s) jurídica(s) do ato praticado pelos empregadores. (valor: 4,0 pontos)

PADRÃO RESPOSTA-----

- Os empregadores poderão responder a processo criminal por reduzir alguém à condição análoga à de escravo, conforme o tipo penal do art. 149 do Código Penal e, ainda, poderão ter a pena aumentada pela metade porque o crime foi cometido contra criança e se perpetuou com a empregada adolescente e, depois, adulta, conforme o §2º, I, desse mesmo artigo.
- Os empregadores deverão reconhecer o vínculo empregatício, pagar verbas rescisórias, férias, gratificação natalina, depositar FGTS, multa, emitir as guias para recebimento do Seguro-desemprego e todos os direitos inerentes à função desenvolvida (Lei Complementar nº 150/15 e arts. 2º e 3º da CLT).
- A doméstica poderá reclamar indenização por danos morais, com fundamento no artigo 186 do Código Civil, porque os empregadores cometeram um ato ilícito e, conforme disposto no art. 5º, inciso X, da Constituição da República de 1988, porque os empregadores violaram direitos constitucionalmente protegidos, como a vida privada e a intimidade.

QUESTÃO DISCURSIVA 05-----

O artigo 196 da Constituição Federal de 1988 preceitua que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, bem como possibilite o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

Apesar dessa disposição, sabe-se que o Estado brasileiro carece de mecanismos de implementação efetiva do direito à saúde a todos. O quadro agravou-se ainda mais com a pandemia de Covid-19, intensificando-se a judicialização da saúde. Nesse sentido, faça o que se pede nos itens a seguir.

- a) Considerando o sistema constitucional de repartição de competências no Brasil, e com base no posicionamento do Supremo Tribunal Federal, explique a atribuição dos entes federativos relativa ao direito fundamental à saúde. (valor: 5,0 pontos)
- b) Explique de que medida(s) judicial(is) o particular dispõe diante de uma decisão denegatória de fornecimento de medicamento no âmbito administrativo, referente ao acesso à saúde. (valor: 5,0 pontos)

PADRÃO RESPOSTA-----

- a) A Constituição da República de 1988 instituiu o federalismo solidário, impondo a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para cuidar da saúde (CF, art. 23, II). Além disso, o artigo 198, também da Constituição, dispõe que "as ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo", assim, a competência administrativa para cuidar da saúde pública é concorrente entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, cabendo-lhes o dever de atuação em uma das áreas mais sensíveis do Estado moderno. Esse é o entendimento atual do STF e, portanto, assim, administrativamente, todos os entes federativos possuem competência para assegurar a efetividade e plenitude da saúde pública, inclusive no tocante aos serviços de vigilância sanitária, devendo o exercício dessa competência, porém, para se evitarem desnecessários embates entre os diversos entes federativos, pautar-se pelo princípio da predominância do interesse.
- b) Com base no artigo 5º, XXXV, da Constituição da República de 1988, em face do princípio da inafastabilidade da jurisdição, a pessoa sempre poderá recorrer à via judicial para fins de garantir o acesso ao direito fundamental à saúde, previsto no *caput* do artigo 6º da Constituição. Faz-se possível o ajuizamento de ação ordinária com pedido de tutela de urgência, diante da presença da probabilidade do direito e do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pode-se, ainda, ingressar com Mandado de Segurança em face do ato da autoridade coatora que denegou o pedido administrativo, ante a demonstração de direito líquido e certo, a plausibilidade do direito e o perigo da demora.